

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

CICLO DE PALESTRAS

PLANEJAMENTO

PAULO BERNARDO

BRÁSILIA
2010

CICLO DE PALESTRAS

PLANEJAMENTO

PAULO BERNARDO



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
MINISTRO SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES

Presidência da República
Secretaria de Assuntos Estratégicos
Esplanada dos Ministérios, Bl. O – 7º, 8º e 9º andares
70052-900 Brasília, DF
Telefone: (61) 3411.4617
Site: www.sae.gov.br

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

CICLO DE PALESTRAS

PLANEJAMENTO

PAULO BERNARDO

PALESTRA PROFERIDA EM 27/5/2010



BRASÍLIA, 2010

Degração:
FJ Produções

Projeto Gráfico e Diagramação:
Rafael W. Braga
Bruno Schürmann

Revisão:
Sarah Pontes
Luis Violin

Edição:
Gabriela Campos

Coordenação:
Walter Sotomayor

FICHA CATALOGRÁFICA

C568

Bernardo, Paulo.

Ciclo de palestras: Planejamento/ Paulo Bernardo. Brasília:
Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE,
2010.

36 p.

1. Políticas Públicas 2. Planejamento – Brasil. I Presidência da
República, Secretaria de Assuntos Estratégicos. II. Paulo Bernardo

CDD - 350

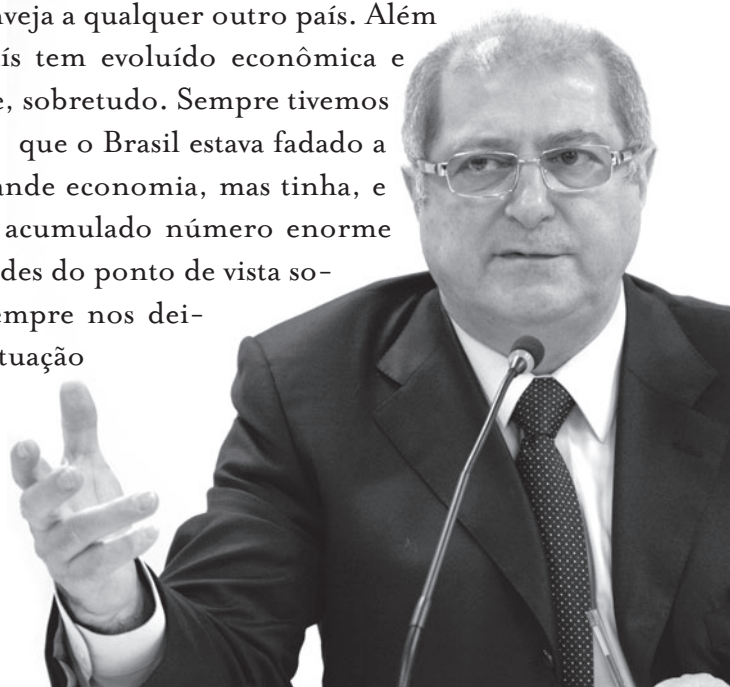


CICLO DE
PALESTRAS
SAE

- 1952 *Nasce em 10 de março, em São Paulo (SP)*
- 1978 *Aprovado, em concurso público, para o Banco do Brasil*
- 1985 *Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores, foi delegado sindical e diretor da Federação dos Bancários do Paraná*
- 1990 *Eleito Deputado Federal pelo PT do Paraná*
- 1994 *Reeleito Deputado Federal pelo PT do Paraná*
- 1994 *Vice-líder do PT na Câmara dos Deputados*
- 1994 *Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados*
- 1999 *Secretário de Fazenda do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul*
- 2001 *Secretário de Fazenda do Município de Londrina, Paraná*
- 2002 *Eleito para o terceiro mandato de Deputado Federal pelo PT do Paraná*
- 2003 *Eleito novamente Vice-Líder do PT na Câmara dos Deputados*
- 2004 *Presidente da Comissão Mista de Planos e Orçamento da Câmara dos Deputados*
- 2005 *Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão*

PALESTRA DO MINISTRO
PAULO BERNARDO

Desejo começar destacando o bom momento que o Brasil vive, tanto do ponto de vista interno quanto externo: somos, hoje, com certeza, uma das maiores democracias do planeta, um país que tem realizado as suas eleições com regularidade, embora haja incidentes durante o processo eleitoral e um alto grau de exacerbação na política, às vezes, maior do que seria razoável. Mas o Brasil alcançou um desenvolvimento institucional que é de causar inveja a qualquer outro país. Além disso, o País tem evoluído econômica e socialmente, sobretudo. Sempre tivemos um dilema: que o Brasil estava fadado a ser uma grande economia, mas tinha, e tem ainda, acumulado número enorme de iniquidades do ponto de vista social, que sempre nos deixa numa situação mais difícil



quando se fazem comparações internacionais. Continuamos tendo esses problemas, mas, sem dúvida nenhuma, avançamos muito.

O Brasil tem conseguido avançar internamente, do ponto de vista social, e também externamente. Está muito claro que, excetuando os Estados Unidos, somos a grande liderança nas Américas. Estamos melhor do que grandes países, como o México, a Argentina e até o Canadá. Temos todas as condições para consolidar essa posição cada vez mais. Tenho lido alguns estudos que mostram que, no fim desta década, o Brasil deverá ser a quinta maior economia do planeta.

Alem disso, fizemo-nos respeitados nas relações externas. O Brasil tem atuado com muito êxito nas articulações internacionais, o que configura também nova condição de inserção internacional para o País. É importante frisar tudo isso porque enfrentamos um caminho longo para chegar a esse ponto. O Brasil, no século passado, talvez tenha sido o país que mais cresceu no mundo. Basta lembrar o período da década de 1950 até o começo da década de 1980, quando crescemos, de forma sustentada, a uma média de 7% ao ano. Isso aumentou muito nossa presença como potência econômica, mas também nos levou a acumular uma série de problemas. Tivemos um dos maiores índices de inflação há três décadas. Eduardo Nunes, o presidente do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mostrou-me um cálculo da inflação no período de 1950 até 1994, quando se

implantou o Plano Real: 384 trilhões de pontos percentuais de inflação!

Isso teve consequências enormes. A desigualdade social, a concentração de renda e de riqueza, o desenvolvimento regional distorcido, o endividamento do Estado, tudo isso tem a ver com esse processo. Acumulamos um endividamento com taxas de juros altíssimas, com descontrole completo. Nossa situação orçamentária na década de 1980 e 1990 era impressionante. Tudo isso gerou uma série de problemas, que estamos enfrentando até hoje, porque o Estado brasileiro, particularmente nos anos de 1980 e principalmente na primeira metade dos anos 1990, concentrou seus esforços em debelar a inflação e, depois, tentou colocar um pouco de ordem na questão do endividamento, das finanças, dos orçamentos. Como parte desses esforços, tivemos vários planos econômicos. Planos muito imaginativos, mas que quase invariavelmente davam errado. E depois geravam uma série de problemas, os chamados “esqueletos”, que até hoje aparecem.

Esse esforço consumiu nossas energias. Praticamente paramos de investir, de elaborar políticas sociais, de planejar as atividades do Estado brasileiro, durante mais de 20 anos. Evidentemente que isso deixa sequelas e problemas. O Plano Real teve o grande mérito de ter sido o último plano que, de fato, conseguiu colocar a inflação em patamar civilizado. Conseguimos estabilizar o poder de compra, a moeda, o que é absolutamente importante em qualquer país. E a etapa dos planos que, da noite para

o dia, tentavam resolver o problema encerrou-se aí. Passamos, então, a ter condição maior para pensar em planejamento e fazer investimentos. Foi importante também o equacionamento que se deu para as contas públicas, embora haja uma série de distorções, exageros. Nesse equacionamento, a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal foi importante e não queria deixar de destacá-la.

O governo Lula aprofundou a política econômica, em um primeiro momento, porque tínhamos, concretamente, uma ameaça inflacionária, no fim de 2002 e início de 2003. Jogamos duro para controlá-la. Tivemos de praticamente refazer o orçamento, mas o governo, imediatamente, tratou de verificar como criar as condições para retomar os investimentos. Tínhamos, é bom lembrar, em 2002, 2003, um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). É curioso, inclusive, que o FMI esteja agora na Grécia, ditando uma série de condições para ajudar o país, como aumentar impostos, cortar despesas, não fazer investimentos, etc. Mas, quando a crise bateu nos Estados Unidos, ninguém ouviu falar em FMI. Quando aconteceu na Europa, atingindo os grandes países europeus, ele também não existia. A verdade é que os acordos do FMI funcionavam como aquele remédio que mata o paciente. Se a economia já está em fase de recessão, de dificuldades, e ele vem com uma série de exigências, a sociedade acaba sendo a mais prejudicada. Assim, é preciso aumentar os impostos, cortar gastos, eliminar políticas sociais, e os programas de governo ficam sem recursos. E, se os programas de governo não funcionam, o governo

não funciona, o Estado não tem atuação, e isso passa a ser um elemento que ajuda a aumentar o problema.

Fiz um comparativo de como o governo brasileiro tratou, do ponto de vista econômico, a crise em 1998 e a de 2008. É bem interessante mostrar como foi a reação do governo brasileiro nesses dois momentos. A verdade é que ou se é parte do problema, ou se é parte da solução. O governo, o Estado tem de ser parte da solução, tem de ajudar a resolver o problema, e não aumentá-lo. Então, havia um acordo com o FMI, mas, já em 2004, fizemos um “acordo do acordo”, meio informal, com o diretor-gerente da época, Michel Camdessus: criar um projeto piloto de investimento, excluindo o investimento desse conceito de superávit primário. Lembrei-me disso outro dia, e é interessante pensar nas dimensões dos valores: quando lançamos o PAC, já no começo de 2007, o programa, entre recursos orçamentários das estatais, do BNDES, da Caixa e privados, significava R\$ 504 bilhões. Esse acordozinho que fizemos com o FMI, no final de 2004, começo de 2005, era de R\$ 3 bilhões.

Então, imaginem, para o tamanho do Brasil, conseguimos fazer o seguinte acordo: podemos gastar até R\$ 3 bilhões que não se vai contá-lo como superávit primário. Era um projeto piloto de investimento, uma pequena carteira de investimentos que selecionamos e que podia ser destacada do superávit primário. É evidente que isso era muito pouco, e ainda havia outro problema. Passamos mais de 20 anos sem fazer investimentos. Então,

quando montamos a carteira de R\$ 3 bilhões, verificamos que não havia projetos de engenharia elaborados, licitações realizadas, licenças ambientais. Inclusive uma série de projetos eram antigos, de 10, 12, 15 anos, abandonados, que foram resgatados e adaptados. Isso gerou problemas enormes, porque um projeto não bem elaborado do ponto de vista da engenharia jamais será aprovado pelo Tribunal de Contas da União. A verdade é que, como deixamos de investir, não tínhamos condições de implementar os projetos. Vários ministérios responsáveis pelas carteiras de projetos se apresentavam com quatro ou cinco engenheiros, quase invariavelmente profissionais com 30 anos de serviço, ganhando salários de R\$ 2.800,00, R\$ 3.200,00.

Tivemos, então, de cuidar da questão de pessoal, das carreiras. Muita gente critica dizendo que o governo aumentou muito os salários, mas o que tentamos fazer foi um redimensionamento, para garantir que as pessoas concursadas entrassem e se animassem a ficar, a trabalhar para o Estado e a fazer carreira. Ainda assim, é preciso evoluir mais. De fato, ganhava-se muito pouco. Lembro que Heloísa Helena, que era senadora e foi candidata, em 2006, à Presidência, quando acabou a campanha, deu entrevista dizendo que, a partir daquele momento, voltaria a dar aulas na universidade, para ganhar R\$ 1.600,00. Imaginem só uma professora universitária que recebe R\$ 1.600,00! Não acreditei e fui conferir. Era isso mesmo. Nas universidades, hoje, os salários são mais dignos. Nos institutos de pesquisa também. Lembro que o presidente

Lula foi ao Inmetro e à Fiocruz e voltou de lá brigando comigo, porque os pesquisadores ganhavam R\$ 3.800,00, no máximo R\$ 4.200,00. Vários deles reclamaram pessoalmente dos salários ao presidente, com o contracheque na mão. E profissionais altamente qualificados, com muito tempo de serviço, pós-doutorado. Quando fizemos a negociação, houve um problema enorme, porque o sindicato aceitava que aumentássemos o salário de um cientista, em final de carreira, para R\$ 15 mil, mas queria aumento linear para todos os funcionários. Não pudemos aceitar essa proposta e tivemos de brigar muito por isso.

Tivemos de fazer mudanças importantes para retomar a capacidade de elaborar políticas públicas. Quando surgiu o PAC, a ideia que o presidente nos passava era: “Temos de nos livrar desse pensamento de que vamos ter de arrecadar mais, obter resultados para pagar a dívida, resolver o problema da dívida. Ficamos nesse dilema, se temos de aumentar os juros ou não, e a verdade é que não estamos fazendo investimentos. O Brasil tem gargalos enormes e, se houver crescimento mais acentuado da economia, o País vai travar, haverá problema”. E o PAC foi lançado justamente para destravar o País. Inicialmente, eram R\$ 504 bilhões de investimentos. Depois fizemos uma revisão em 2008 e esse valor subiu para R\$ 637 bilhões. Mesmo com todas as dificuldades, tivemos resultados extraordinários. A geração de emprego, por exemplo, nesse período do PAC, foi considerável. Na área da construção civil, a taxa de crescimento de empregos ficou quase o triplo da média nacional. Conseguimos, sobretudo, retomar a iniciativa

de planejar as ações do Estado e fazer gestão com todos os órgãos. Em vários casos, foram colocados, na mesa de negociação, a Funai, o Ibama, a Petrobras, enfim, quem estava fazendo investimento, regulando, fiscalizando, e avançamos bastante. O Brasil, mesmo com a eleição, mas considerando a realidade atual, inapelavelmente terá a continuidade dos investimentos, nos próximos anos. Claro que um candidato da oposição pode ganhar a eleição e mudar algumas coisas, mas, se mudar tudo, corre o sério risco de não conseguir se manter, porque é razoável manter os investimentos. Qualquer governo que assumir vai querer fazer isso.

Por que o presidente Lula decidiu lançar o PAC 2? Porque, quando foi lançado o PAC, foram gastos até dois anos no processo todo, entre selecionar e elaborar os projetos de engenharia, obter licenciamento, fazer licitação, etc. Esses projetos em execução, por exemplo, em parceria com os estados e municípios, os do Morro do Alemão e da Favela da Rocinha, no Rio, o de Heliópolis e os investimentos às margens da represa Billings, em São Paulo, os grandes investimentos em saneamento, a realocação de famílias em áreas de risco, tudo isso levou quase dois anos para ser estruturado e possibilitar a ordem de serviço, porque ninguém tinha projeto. Ninguém sabia fazer as licitações direito, as licenças ambientais demoravam. De maneira que lançamos o PAC 2 depois de ter feito tudo isso, a negociação com estados e municípios e a seleção de projetos. Em alguns casos, já estamos pedindo licenciamento e preparando a licitação. O novo governo,

ao assumir em 1º de janeiro de 2011, terá – não tudo pronto, porque não haverá tempo –, com certeza, várias etapas já realizadas.

O nosso desafio é o seguinte: como ser a quinta economia em 2016? Como vamos responder de maneira a ser de fato uma grande nação nesse período? Como é que vamos passar à frente da Itália, da França, dos grandes países da Europa? Como vamos chegar a 2022 do ponto de vista social? Do ponto de vista institucional? Como é que o Brasil vai-se preparar? Uma realização importante foi, além do PAC e dos programas sociais, a retomada pelo governo dos grandes investimentos na área de ciência e tecnologia e na de educação. É sintomático o seguinte: começamos a crescer e no País faltam engenheiros, técnicos de nível superior e médio, soldadores, eletricitas. Isso significa que deixamos de investir em área estratégica, como a educação, e agora estamos pagando o preço. Temos de ir trocando o pneu enquanto vamos andando, porque também não é possível parar tudo para formar gente e, somente depois, ter condições de crescer. Então, este é o grande desafio do Brasil: como investir fortemente em educação, retomar, de fato, os grandes investimentos na área de tecnologia e do conhecimento e, ao mesmo tempo, crescer? Como fazer a inclusão digital, um desafio extremamente instigante feito ao governo? Continuar fazendo investimentos em infraestrutura e, ao mesmo tempo, dar uma ordem um pouco mais racional para os processos licitatórios, as fiscalizações, a legislação orçamentária?

Não teremos condições de fazer tudo isso ainda neste governo. Mas, ganhando a Dilma, o Serra, a Marina ou o Zé Maria, do PSTU, teremos de fazer grandes mudanças institucionais no próximo governo. Não é mais possível o Congresso ficar votando questões que implicam grandes impactos orçamentários sem verificar se há ou não receita. Essa polêmica do reajuste dos aposentados, por exemplo. De onde sairá o dinheiro para concedê-lo? Estão elaborando uma emenda constitucional para estabelecer um piso salarial para policiais militares. Está tudo bem. É extremamente meritório, mas isso foi discutido onde? Quem planejou isso? E mais, vamos criar despesa para os estados, já com uma ressalva: se os estados não conseguirem pagar, a União paga. Mas em que proporção? Como vai ser? Ou vamos aprovar uma contribuição, um imposto para custear essa despesa? Não é possível sermos um grande país, uma grande potência, se, de repente, aparecer uma despesa de 10% a mais no orçamento sem que ninguém saiba de onde sairão os recursos para pagá-la.

A questão da Saúde até agora não está resolvida. Quando da votação pelo retorno da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), tínhamos feito uma negociação com os estados que aumentaria, substancialmente, o orçamento da Saúde. Mas a CPMF foi derubada na votação do Congresso e tudo ficou como está. Temos de dar uma solução para essa questão da Saúde. Obrigado.

PERGUNTAS & RESPOSTAS

ANA PAULA SAAD (SAE):

Minha pergunta é sobre a questão dos quadros dos órgãos federais, principalmente do governo, em que há algumas instituições com grande número de funcionários terceirizados, exercendo funções no quadro técnico, e um grande número de quadros de livre nomeação, ao invés de funcionários de carreira, para garantir um quadro mais profissional e maior continuidade dos trabalhos.

RESPOSTA:

Há vários tipos de problemas que levaram a essa questão dos servidores terceirizados. Um dos principais é a baixa remuneração, que era, ou é ainda, em alguns casos, praticada. Durante bom tempo, para se conseguirem técnicos, de forma ágil, dispostos a ficar no serviço público, foram feitos alguns contratos, que considero, com toda a sinceridade, como gambiarras, não no sentido mais pejorativo do termo, mas ia-se ao PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) ou a outro organismo internacional e solicitava-se gente para trabalhar na

Saúde, 80 consultores, por exemplo. O governo fazia esses contratos por meio de convênio. Até hoje há alguns casos, embora tenhamos resolvido uma boa parte deles. Outro problema era a questão dos salários pouco atraentes. A pessoa faz o concurso e não fica. É muito comum que dirigentes de órgãos venham solicitar a realização de concurso, quando questionamos o fato de termos liberado concurso há pouco tempo. O problema é que entram 100 servidores e, pouco tempo depois, só há 60. É a indústria do concurso. Na verdade, o sonho de todo o mundo é ser procurador da República, nessa ordem, juiz federal ou, se não puder, consultor legislativo na Câmara — é provocação porque há um pessoal do Legislativo aqui. Então, esse é outro problema. Em 2004, fizemos acordo com o Ministério Público do Trabalho e fomos substituindo os terceirizados por concursados. Ainda há casos problemáticos, como nos hospitais universitários. Há 18 mil pessoas, no Brasil, contratadas por aquelas fundações de apoio, a forma pela qual se conseguia contratar pessoal. Vamos solucionar essa situação neste ano.

Com relação aos cargos de DAS, de livre provimento, foram tomadas algumas iniciativas dignas de citação. Primeiro, nos casos de DAS até 3, determinou-se, por meio de decreto do presidente, a obrigatoriedade de que 75% sejam ocupados por servidores de carreira. Então, as chefias intermediárias têm de ter 75% de servidores de carreira. Para os que ficam acima (DAS 4 e DAS 5), a proporção é menor: 50% ficam reservados aos servidores de carreira. Mas, para alguns órgãos, como o IBGE, a Polícia Federal, o Ipea, enviamos ao Congresso projeto que estabelece que esses órgãos só terão FG (Função Gratificada), ou seja, não há ninguém de livre provimento. Esse projeto está para ser vota-

do no Congresso. Não sei em que estágio ele se encontra, mas a sua aprovação significará que a Polícia Federal, a Receita Federal, o IBGE, o Ipea, uma dezena de órgãos públicos e instituições terá chefias exclusivamente da carreira.

TELMO LUSTOSA (SAE)

Gostaria que o senhor comentasse um pouco sobre planejamento estratégico e qual é a diferença entre o trabalho do Ministério do Planejamento e o planejamento de médio e longo prazo da SAE?

RAFAEL PEREIRA (IPEA)

O senhor falou sobre os desafios que o governo tem enfrentado. Gostaria que pontuasse: quais são os dois grandes desafios que o próximo governo deve enfrentar para tornar o Estado mais eficiente e mais ágil? E o que o Ministério do Planejamento poderia fazer para resolver esses dois desafios?

RESPOSTA:

Sobre planejamento estratégico, precisamos consolidar a visão de que o Estado tem de planejar suas atividades. E não há nenhuma incompatibilidade em se fazer planejamento de mais longo prazo e de curto prazo. A obrigação do Governo é fazer

planejamento de curto prazo. Os Planos Plurianuais (PPAs), na verdade, quase sempre são muito mal alinhavados, não se conectam direito com a lei orçamentária. Um dos desafios — e já respondendo também à pergunta do Rafael — é justamente consolidar o planejamento no Brasil. É perfeitamente possível fazer planejamento para 2022, 2030, mas, ao mesmo tempo, é preciso começar a amarrá-lo ao orçamento. A lei orçamentária tem de refleti-lo em algum momento. O Plano Plurianual tem de estar conectado ao orçamento, mas, na verdade, não está. Se você analisar o PPA e a lei orçamentária, observará que eles estão muito desconectados. Outro desafio a vencer é a questão da educação, dos investimentos no conhecimento. O Brasil rateou durante muito tempo nesse quesito. Há novas universidades, campus, escolas técnicas, estamos tomando uma série de iniciativas, que precisam ser consolidadas de forma definitiva e conectadas com investimentos em pesquisa, desenvolvimento, ciência e tecnologia. Isso é essencial para o próximo período.

CORONEL SÁ FERREIRA (SAE)

Bom-dia! O planejamento de médio e longo prazo deve estar bastante conectado com cenários elaborados. E, logicamente, cenários partem de estudos prospectivos. Pergunto se, no Ministério do Planejamento, há esses estudos prospectivos e se esses planejamentos de médio e longo prazo estão fundamentados em cenários.

RESPOSTA:

Não há esses cenários. É evidente que há secretarias e órgãos que fazem esse debate, mas não os há institucionalizados. A grande contribuição da SAE pode ser justamente nesse assunto. Quer dizer, já havia antes, na época em que o Luiz Gushiken montou o NAE (Núcleo de Assuntos Estratégicos). Foi realizada uma série de trabalhos muito importantes, e tenho certeza de que os senhores consideram esses estudos no dia a dia. Mas temos de avançar muito mais nessa área, e o Ministério do Planejamento, com certeza, não está preparado, neste momento, para fazer isso.

COMANDANTE VASCONCELOS (SAE)

Gostaria de ouvir do senhor uma avaliação desses anos de trabalho da república, e se o Ministério tenciona mudar ou avançar nessas práticas de gestão, nos próximos anos.

RESPOSTA:

Tivemos avanços. O Brasil tem alguns problemas ainda não superados. Por exemplo, a questão da burocracia. Lembro que, na década de 80, Hélio Beltrão fez trabalho notável, do qual, depois de pesquisas, verificamos que quase nada restou. Isso é como a limpeza em um terreno. Se depois é abandonado, com o tempo estará com aquele matagal de novo. A verdade é que temos uma burocracia muito dura. Fui a Portugal, agora, com o presidente, e o primeiro-ministro nos apresentou um projeto que possibilita abrir uma empresa, em média, em 37 minutos apenas. Uma pesquisa apontou que aqui, no Brasil, esse tempo é de 80 a 84 dias.

E isso é recorrente. No Brasil, por exemplo, o Estado pede para as pessoas fornecerem informações que ele já tem. Você vai à Receita, eles lhe pedem uma declaração do Ibama, você vai à SPU, eles lhe pedem uma declaração da Receita, quando, na verdade, se tivéssemos tudo isso conectado, a obrigação de fornecê-las é do Estado. Uma série de iniciativas foi tomada para avançar, como as formas de governo eletrônico. Por exemplo, na área de compras, avançamos muito. Antes, ao se abrir a Folha de S. Paulo, por exemplo, havia oito denúncias por dia, em média, sobre convites, licitações manipuladas. Hoje isso não existe mais, e ninguém fala sobre esse avanço. Pode-se até desconfiar que, nos grandes projetos, haja conluio das empreiteiras, é até possível que tenha, mas, se se pegar a maioria dos processos administrativos na área de compras, nada disso existe. Tudo é feito por pregão eletrônico. Então, ainda há muito por fazer na área de gestão. Não conseguimos, por exemplo, estabelecer um critério de avaliação dos servidores, por mérito. Como é que se faz para remunerar, de repente, aquele que tem desempenho melhor? Tínhamos de remunerá-lo por mérito. É quase que tabu falar sobre isso. Falar com o sindicato, então, é querer briga. Mas tinha de haver esse tipo de avaliação. Quem desempenha melhor deveria ter remuneração compatível com as avaliações. Há muito chão para se andar ainda, mas deve-se fazer isso.

ALBERTO CAVALCANTI (SAE)

Queria aproveitar sua provocação no que diz respeito a essas relações do setor político com o Legislativo; essa

criação irresponsável, vamos chamar assim, de novas despesas. Como seria possível avançar no aperfeiçoamento brasileiro desses costumes? E como o senhor vê o papel do Poder Executivo em sua capacidade legislativa, sobretudo por via das medidas provisórias? Se esse papel contribui ou não para o amadurecimento do Poder Legislativo e da classe política, na sua competência para assumir responsabilidades?

RESPOSTA:

Primeiro, quero fazer duas ressalvas: a Constituição já determina que não se pode criar despesa sem apontar receita. Precisamos observar esse ponto. Segundo, como via de regra, o Congresso, quando aprecia um projeto do Executivo, consegue melhorá-lo. Não podemos acusar o Congresso de sabotar ou de piorar as nossas proposições. Quase sempre consegue melhorá-las. O que há hoje é outro tipo de problema. Precisamos de uma reforma política. A verdade é a seguinte: observando hoje o Congresso, verifica-se que os líderes não estão, de fato, comandando. Os partidos políticos têm fragilidades enormes. Ouço relatos dos líderes afirmando que precisam evitar que tal proposição vá a voto, porque, se for, não há como resolver. O reajuste dos aposentados, por exemplo. Fizemos acordo para dar reajuste de 6,14%, que corresponde a 2,5% acima da inflação. Houve pressão popular para aumentar de todas as formas. O deputado Cândido Vaccarezza, líder do PT, disse-nos: se fizer uma inflexão e conceder reajuste de 7%, fechamos um acordo e tudo se resolve. Como sou muito petulante, disse-lhe que eles perderiam. Ontem ele admitiu que, de fato, avaliou mal. Fizemos uma reunião de líderes e decidiu-se fechar em 7% e levar

a proposta para votação em Plenário. Porém, um dos líderes já havia avisado ao Vaccarezza que a bancada não tinha aceitado. E votaram pelos 7,7%. Se alguém tivesse proposto 9%, teria sido aprovado. Então, tem de haver uma reforma política, um fortalecimento partidário. Há de se mudarem as regras de eleição, as regras de financiamento de campanha. Isso é que está na base dessa situação toda.

Alguns parlamentares têm a ilusão de que votar essas coisas gera votos. Se se fizer um cálculo aritmético, ver-se-á que não há voto para todos os que votaram nos aposentados. Isso causa um desgaste ao Congresso, e o problema não será resolvido sem uma grande mudança institucional. E é bom que se mude a regra eleitoral para o Executivo também, que se mude para todos os eleitos.

A grande mudança institucional, da qual se fala pouco, foi a reforma do Judiciário. Não foi radical, mas o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) virou uma referência. Em conversas com juízes — alguns são meus amigos —, tive a oportunidade de dizer: “Vocês eram contra o CNJ, diziam que coibiria a ação dos juízes e que seriam amordaçados”. No entanto, o CNJ virou uma grande referência de modernidade, uma forma de dar transparência. Porém, temos de avançar mais ainda em relação a isso.

DÉCIO GAZZONI (SAE)

O senhor alinhavou alguns passivos que, de alguma maneira, foram encaminhados neste governo: a questão

do quadro de pessoal, salários defasados, algumas políticas sociais, o PAC, o PAC 2. Resolvidas essas questões prementes, a médio e longo prazo, há a possibilidade de redução da pressão tributária sobre o PIB, sem afetar a qualidade dos serviços prestados pelo governo?

RESPOSTA:

Defendo que se faça uma reforma tributária, para dar maior condição de a economia deslanchar. Podem-se fazer algumas coisas. Não conseguiremos fazer reforma tributária radical, porque, quando se vai fazê-la, o contribuinte pensa que vai pagar menos imposto, mas o secretário de Receita e o de Fazenda estadual pensam que vão arrecadar mais. Então, tem de ver como equacionar isso. É possível arrecadar mais, diminuindo impostos. O que aconteceu na crise de 2008 mostra que não se aumenta a receita, mas, sim, a produção, o que se reflete em receita adiante. O aumento do poder aquisitivo das camadas populares, com certeza, está aumentando a receita. A arrecadação do ICMS nos estados aumentou muito no ano passado, mesmo com a crise. Então, é preciso fazer uma simplificação do nosso sistema tributário. Ele é muito complexo, tem imposto que incide sobre outro imposto. Está na Constituição que as exportações são desoneradas, mas não há como garantir que sejam, porque o processo é tão emaranhado que há cobranças no meio da cadeia e, chegando ao final, não há como desonerar nem como calcular.

A simplificação do sistema tributário é essencial. A reforma que se estava discutindo no Congresso e ficou parada ajudaria muito nesse sentido. Primeiro deveria estabelecer-se limite para as alíquotas — quando fizemos o levantamento, havia 44 alíquotas

diferentes de ICMS no Brasil. Fui secretário de Fazenda de estado e 75% da receita de ICMS de um estado vem de combustíveis, telefonia, energia e, em parte, bebidas. Também se consegue fazer substituição tributária, ou seja, a máquina arrecadadora estadual, com muito pouco trabalho, arrecada 75%. O resto são os grandes contribuintes, que representam também volume elevado de recursos. Normalmente não há cobrança muito rígida no pequeno comércio e ninguém sabe se eles estão ou não pagando. O que se arrecada nesse setor, no cômputo final, não faz muita diferença. O que fazíamos normalmente era o seguinte: chamávamos o pessoal do setor de restaurantes e combinávamos — o termo é esse — de acertar quanto é que cada um deveria pagar. O Restaurante Piantella, de Brasília, por exemplo, ninguém sabe quanto ele fatura. Então, combina-se que o restaurante vai pagar, por exemplo, R\$ 4 mil por mês. O governo não fica fiscalizando o tempo todo, ao lado do caixa, porque é impraticável. O sistema tem de ser simplificado. A nota e o sistema eletrônico que estão sendo implantados atualmente vão melhorar muito, porque se controlarão a entrada e a saída de mercadoria nas empresas. Facilitará muito a fiscalização. Mas isso tem de se automatizar e simplificar ao máximo. Para a empresa é muito custoso ter advogado, contador, para saber as regras dos diferentes estados, e pessoal para ficar fazendo cálculo diferente, onde tem crédito, onde não tem. Então, é preciso simplificar o sistema tributário e, se se conseguisse fazer a tributação no destino, seria uma evolução. Você conseguiria, de fato, desonerar a exportação, o investimento, o que hoje não é possível.

O Brasil, graças ao governo Lula, passou a ter mais poder de impulsão em fóruns internacionais. Em breve, seremos a quinta economia do mundo, como o senhor mesmo disse e compartilho dessa opinião. Porém ser a quinta economia do mundo tem certas servidões. Ninguém tem a quinta economia do mundo à toa. Podemos observar, num passado recente, que todas as cinco primeiras economias do mundo têm problemas sérios na área de defesa. E o mundo cobra dos mais ricos participações mais ativas, para auxiliar na solução de problemas ou mesmo resolver os dos países que não conseguem dirimir divergências com seus vizinhos, com seus parceiros. O senhor disse há pouco que precisamos acompanhar o ritmo de crescimento econômico, mas na área de saúde, de educação. E na área de defesa? Seremos cada vez mais cobrados para participar militarmente, com força, em cenários internacionais, como já o fazemos hoje no Haiti. A ONU cobrará da quinta economia do mundo, em 2022, maior quantidade de tropa, maior investimento na área de defesa, maior presença no mundo. Como o senhor, ministro do Planejamento, visualiza a nossa participação nesse aspecto e o que o governo planeja fazer para melhorar a defesa do País, que é caótica e ruim?

RESPOSTA:

Concordo com o espírito da pergunta. De fato, vamos ser cada vez mais chamados à responsabilidade, que, acredito, aliás, seja boa. O Brasil não tem contenciosos para se falar: estamos in-

vestindo em defesa porque podemos ter uma guerra. O que temos de fazer, por exemplo, para garantir a Amazônia? O que temos de fazer para garantir o nosso mar territorial, que o pessoal da Marinha chama de Amazônia azul? Ainda mais com o pré-sal, como é que fazemos a vigilância, o trabalho de patrulhamento? Temos de nos preocupar, por exemplo, em fazer a integração com a África. O Brasil está com iniciativas importantes nesse sentido, inclusive. Conversei com o presidente da Embrapa recentemente, que já tem escritório na África e está presente com trabalho em 25 países do continente. A África é nossa vizinha e fronteira com países com os quais temos excelentes relações. A China está entrando pesadamente lá, com investimentos, ocupando espaço e tem interesse em levar trabalhadores chineses para lá. A questão é que a África está precisando empregar gente, o que acaba virando um obstáculo, mas temos de ocupar espaços lá, fazer boas parcerias.

A resposta à sua questão: temos de fazer grandes investimentos na defesa. Na verdade, estamos ensaiando fazê-lo, na questão do submarino, dos caças, nos investimentos no Exército, mas temos de consolidá-los e, principalmente, casá-los com políticas de desenvolvimento social, de ciência e tecnologia, de incorporação de novas tecnologias — a indústria de defesa tem muito investimento nesses campos —, e isso tem de servir para o País se desenvolver também. Estamos ensaiando, ainda, esse rumo.

LIANA CARDEAL (IPEA)

Tenho duas questões relacionadas à dinâmica regional brasileira. A primeira delas tem a ver com o ciclo de

investimentos que o País vive, a que o senhor já se referiu, o qual, certamente, garantirá, num futuro próximo, a ascensão do País no quadro internacional, principalmente no que se refere a petróleo e gás. Entretanto, considera-se que esse ciclo de investimentos, do ponto de vista regional, é insuficiente para promover, de fato, integração maior das diferentes regiões. Indago, então – primeira questão –, se não foi pensada no âmbito do planejamento, com os demais Ministérios, a possibilidade de complementação desses investimentos em curso, na perspectiva da dinâmica regional brasileira. A segunda questão é como o senhor avalia a coordenação não só do planejamento, mas das ações no território brasileiro nessa gestão do presidente Lula.

RESPOSTA:

Essa questão do desenvolvimento regional é uma das grandes questões a serem resolvidas. Não temos consolidado um planejamento do que vamos fazer como desenvolvimento regional, embora todos saibam que há várias iniciativas que têm levado a isso. Com a confecção do PAC 2, está-se tentando consolidar polos de desenvolvimento regional. Verifica-se onde há, numa região, uma cidade que possa ser considerada polo, que complementar os investimentos de educação, saúde, ciência e tecnologia. Enfim, é preciso tentar consolidar esses polos em outras regiões. Se se pegar, por exemplo, o interior do Paraná, há cidades que são grandes polos de desenvolvimento, às vezes industriais, às vezes de serviços, de educação, de desenvolvimento na área de pesquisa. Então, é preciso promover o desenvolvimento de forma consolidada. O grande desafio é como integrar

as políticas ministeriais. O governo tem algumas experiências. Por exemplo, no programa Territórios da Cidadania, o governo está ensaiando a consolidação das políticas de vários ministérios para determinada região. Funciona da seguinte maneira: seleciona-se uma região com 10, 12 municípios por terem IDH baixo e discute-se, conjuntamente, o que fazer na área de cultura, educação, saúde, desenvolvimento agrário. Mas temos muito a avançar tanto no planejamento como um todo como nessa questão do desenvolvimento regional.

PEDRO DALCERO (SAE)

Havia um departamento, no Ministério do Planejamento, que cuidava da administração da Esplanada na época em que o governador do Distrito Federal era indicado. A partir da autonomia de Brasília e da dinâmica eleitoral em que o DF entrou até hoje, o quadro de degradação da Esplanada dos Ministérios é considerável. É o que vemos pelas nossas janelas todos os dias, inclusive atrapalhando a gestão, na medida em que os funcionários chegam atrasados porque não têm onde estacionar. No passado, o Ministério do Planejamento foi responsável por essa administração. O governo repensou isso, de alguma maneira? Um colega me apresentou, certa vez, uma lei que dizia claramente que a administração da Esplanada é de responsabilidade do governo federal e não do GDF. Há alguma posição do governo federal sobre esse assunto?

RESPOSTA:

Não tinha a menor ideia de que a administração da Esplanada era de responsabilidade do governo federal. Concordo que temos problemas grandes. No estacionamento mesmo do Ministério do Planejamento não se respeita nada. Para-se em cima da calçada, muitas vezes atrapalhando a própria circulação no local. Esses dias mesmos, estávamos pensando em pedir ao administrador do prédio para conversar com o Detran, para fazer um convênio, guinchar o carro de quem está errado. Mas não é só isso. Os nossos prédios estão muito desgastados. Cinquenta anos de uso. Estamos fazendo um estudo — e já está bem adiantado — com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção, para elaborar projeto, numa parceria público-privada, de recuperação desses prédios, e de forma mais inteligente, tentando aproveitar a água da chuva, a energia solar. Em breve, deve ser lançado o edital. Em alguns casos, precisamos construir anexos novos, mas, sobretudo, tornar a Esplanada mais sustentável. Porém, essa questão da administração, o trânsito, com toda sinceridade, temos de nos integrar com o GDF. Podíamos escalonar o horário de trabalho. Uma turma poderia entrar às 8h, a outra às 9h, 9h30, e então já conseguiríamos melhorar um pouco essa situação. Não vai resolver o problema do estacionamento, porque, se melhorar o trânsito, mais gente virá de carro, piorando a situação do estacionamento. Então, é preciso melhorar o transporte no DF, mas poderíamos adotar algumas medidas simples que melhorariam as condições aqui. Antes, porém, vou verificar se sou responsável por esse assunto mesmo.

Com respeito à questão, muito bem colocada, do Ministério do Planejamento, sobre a ampliação socioeconômica criteriosa, está excelente, é muito benéfica; porém, quando se refere aos gastos com a defesa, é difícil de aquilatar, exceto em algumas tecnologias duais, o quanto, socioeconomicamente, o Brasil se beneficia com sua própria segurança, com a segurança do seu patrimônio, com sua própria defesa. Gostaria de ouvir a posição do senhor sobre isso.

RESPOSTA:

Quando disse que estávamos ensaiando fazer investimentos em segurança, na verdade, já temos um plano para isso, como, por exemplo, reaparelhar as Forças Armadas. Estamos esbarrando, digamos, em questões mais simples de resolver, como a questão orçamentária, de processo de compra, de projetos. Simples entre aspas, evidentemente. Compramos helicópteros da França e faremos a montagem aqui, mas ainda não resolvemos totalmente a equação financeira. Estamos fazendo isso. No caso do submarino, por exemplo, que será montado em um estaleiro no Rio, estamos ainda acabando de acertar o financiamento. Mas não é só isso. Tínhamos de verificar qual é o impacto de ter uma tecnologia como essa. De ter um estaleiro e produzir submarino no Brasil. E como isso pode ser multiplicado em termos de industrializar o País em outras áreas? Como se pode fazer uma parte dessas encomendas aqui no Brasil? Vamos ter transferência de tecnologia ou simplesmente vamos comprar caças, recebê-los e pronto? Precisamos dessa discussão estratégica resolvida para seguir com esses

investimentos. As Forças Armadas estão muito profissionalizadas hoje, com profissionais muito preparados, quadros técnicos da melhor qualidade, mas temos de verificar como isso pode-se refletir em outras áreas, multiplicando os esforço. Qualquer esforço que se faça, do ponto de vista orçamentário, tecnológico, de investimento nas Forças Armadas, como espriair isso para outras áreas, quer dizer, como refletir para a indústria nacional, a geração de emprego, a geração de tecnologia. Essa preocupação que os senhores estão colocando é consenso no governo, de melhorar as nossas condições na área da defesa. Está em primeiro plano resolver essas questões, principalmente, de orçamento.

LUIZ ALFREDO SALOMÃO (SAE)

Quero fazer uma última colocação aqui, porque foi reiterada a consideração de que Brasil será a quinta economia do mundo. Em nossas simulações pode até vir a ser a quarta, dependendo do que acontecer no resto do mundo. Porém, isso não será possível se tivermos essa trajetória de crescimento econômico modesta às vezes medíocre, dos últimos anos. O Brasil está ameaçando crescer 7% ao ano, e já está todo o mundo em polvorosa, esquecendo que, no ano passado, crescemos zero. Então vai ser 7% numa base que cresceu zero no ano passado. Então, ministro, já que o senhor integra a área econômica do governo, a nossa projeção é de crescimento no Brasil de 7% ao ano, taxa média, até 2022, o que escandaliza certos setores da administração pública, que se convenceram de que não

podemos crescer mais que 4,5%. Há vários modelos econômétricos mostrando isso. Muito precários, aliás. Mas pergunto o seguinte: o senhor acha que, no próximo governo, é possível não abandonar o modelo do tripé, mas adaptá-lo, de forma que a política monetária não seja tão hegemônica e se possa usar a política fiscal, como se está usando agora, para conseguirmos crescer com inflação controlada, baixa? Ou vai prevalecer essa cultura que se implantou, aqui, na administração pública federal?

RESPOSTA:

Olha, Salomão, conheço as suas posições há mais de 20 anos, embora elas não sejam as mesmas, porque todo mundo vai evoluindo. Acho que estamos vencendo essa discussão, esse debate, se o Brasil tem crescimento potencial, se temos patamar de crescimento a partir do qual fica inviável, começa a dar problema. Crescemos, em 2007, 6,1%. E em 2008, se não tivesse batido a crise, teríamos crescido uns 7,5%. Mesmo com o desastre do último trimestre de 2008, quando bateu a crise, crescemos 5,1%. Estamos fazendo, em nossas simulações, a previsão de crescer 5% ao ano, nos próximos quatro anos. Mas ninguém disse que não pode ser 6%, também. A preocupação deve ser não deixar a economia crescer e gerar problemas, distorções, inflação. Definitivamente, temos de combater duramente a inflação. Concordo com você que não pode ser somente por meio da política monetária. Tem de se aumentar a produção. Se tivermos com investimentos, e estamos tendo — veja o desempenho do BNDES, nos últimos dois anos, é impressionante —, não só para grandes empresas, mas para pequenas e médias. O BNDES desembolsou efetivamente, para pequenas e médias empresas, R\$ 23 milhões.

Estamos criando condições de crescimento sem essas pressões inflacionárias. Mas temos de resolver o problema da logística. O estado de Mato Grosso, por exemplo, produz 20 e poucas toneladas de grãos, mas poderia produzir 70, 80. Talvez, em 2020, esteja nessa faixa. Porém, tem de haver logística, para continuar transportando adubo, fertilizante, soja, etc. Então, é preciso resolver esses problemas. Acho que o governo Lula, de certa forma, desnor-teou quem tinha um modelo preconcebido, porque misturou a política macroeconômica austera, dura, com políticas microeconômicas claramente desenvolvimentistas. Então, se alguém quisesse fazer um simpósio para definir se o governo é desenvolvimentista ou liberal, provavelmente ficaria quatro meses discutindo essa questão e ainda sobraria polêmica. O que mostra que não temos de nos apegar a um único parâmetro, a um único modelo. Para nos livrarmos dessa amarra dos juros, tínhamos de diminuir a dívida. E fizemos isso. A dívida interna era de 57% do PIB quando o presidente Lula assumiu. E está na faixa dos 40% e projetada para 29% do PIB, no próximo governo. Se ela for nessa toada e crescimento de 5%, 6%, essa discussão vai ser irrelevante em 2014. Ninguém vai falar mais nesse assunto. É preciso fazer mudanças na área fiscal, na questão de arrecadação. O contribuinte tem de pagar menos, mas há muita gente sonogando, também. Se se conseguir colocar todo o mundo na roda, consegue-se cobrar menos e arrecadar mais. É ilusão achar que vamos fazer uma reforma tributária para arrecadar menos. A conta não fecha de jeito nenhum.

Esta obra foi impressa pela Imprensa Nacional
SIG, Quadra 6, Lote 800
70610-460, Brasília - DF, em agosto de 2010
Tiragem: 1.500 exemplares

